

# **EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA (PR) E UMA PRIVADA (DF)**

**ALBERTO SHIGUERU MATSUMOTO**

Universidade Católica de Brasília  
011052@terra.com.br

**EDSON KENJI KONDO**

Universidade Católica de Brasília  
kondo@ucb.br

**GEORGE HENRIQUE DE MOURA CUNHA**

Universidade Católica de Brasília  
george@ucb.br

**ABDELKADER BOURAHLI**

Universidade Católica de Brasília  
bourahli@ucb.br

**GABRIELA ESTANTI PRATA**

Universidade Católica de Brasília  
gabriela.estanti@gmail.com

## **EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA (PR) E UMA PRIVADA (DF)**

### **Resumo**

Esta pesquisa comparou duas instituições de ensino: uma pública do Norte do Paraná e outra privada de Brasília, cujo objetivo foi averiguar a relação entre Educação Financeira e o comportamento de universitários destas duas instituições, em relação ao consumo, poupança, investimento e endividamento. Utilizou-se técnica de levantamento documental dos estudos anteriores, coletando os parâmetros internacionais de Educação Financeira, a fim de identificar primeiramente a realidade brasileira. Depois, utilizou-se o questionário com a população universitária particular. A coleta final de dados possibilitou 279 formulários respondidos, amostra probabilística de acordo com Bruni (2010). As amostras foram divididas pela metade, atendendo aos alunos “calouros” e aos “veteranos” da mesma forma que a pesquisa na universidade do Paraná. Comparando os dados das duas instituições, a universidade pública superou os alunos da universidade particular na maioria das questões de conhecimento, mas os “calouros” da particular demonstraram mais conhecimentos sobre o valor do dinheiro no tempo. Indícios de educação financeira é que em ambas as universidades 2 em cada 10 pesquisados se preocupam com o futuro tendo planos de previdência.

**Palavras-chave:** finanças pessoais, universitários, educação financeira.

### **Abstract**

This research compared two teaching institutions of: one public institution in northern Paraná and one private in Brasília, whose aim was to examine the relation between Financial Education and behavior of students of these two university institutions, in relation to consumption, savings, investment and debt. It was used technique of documentary survey of previous studies, collecting international standards for Financial Education, in order to identify, firstly, the Brazilian reality. Then it was used the questionnaire with the private university population. The final collection of data permitted 279 completed forms, probability sample that answered the calculation from Bruni (2010). The sample was divided in half, reaching "freshmen" and "veterans" students in the same way as the research from the University of Paraná. Comparing the data of the two institutions, the public university students outperformed the private university students in most matters of knowledge, but the "freshmen" of private university demonstrated about de time value of money. Evidence of financial education is that both universities 2 in 10 respondents are concerned about the future with pension plans.

**Key-words:** personal finances, academics, financial education.

## 1 INTRODUÇÃO

As práticas individuais e familiares de Gestão Financeira recebiam pouca atenção no século passado, de acordo com os pesquisadores Granbois, Rosen e Acito (1976). Para estes autores, o resultado esperado da gestão financeira é atender a demanda (seja de longo prazo, curto prazo, ou eventos) através do uso eficaz dos recursos disponíveis. Na questão familiar, para gerar um nível de vida melhor e um sentido de cumprimento de metas (GRANBOIS; ROSEN; ACITO, 1976, tradução nossa).

Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2004 apud SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2006), a relevância da Educação Financeira se deve ao desenvolvimento econômico dos países, o qual permite que os consumidores possuam uma gama de instrumentos financeiros. Assaf Neto (2011, p. 8) complementa a importância deste cenário, ao destacar que “o objetivo de crescimento e desenvolvimento econômico pelos países elevou a importância do papel do sistema financeiro. Para tanto, foram criados instrumentos financeiros mais sofisticados”.

O Brasil está incluído neste mesmo ambiente, devido ao processo de estabilização econômica iniciado na década de 1990, com o advento do Plano Real, que se estendeu também ao longo da década seguinte. Sendo assim, é pertinente analisar a Educação Financeira no Brasil devido à:

inserção da economia brasileira no cenário mundial, e às mudanças no cenário previdenciário, que, em conjunto, vêm provocando alterações do comportamento dos investidores institucionais e, principalmente, dos indivíduos e de suas famílias, nas suas decisões de investimento e de captação (SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2006, p. 2).

Matta (2007) defende que a estabilidade impacta na maneira de administrar bens e rendimentos de uma forma diferente de um período inflacionário, demandando um comportamento mais consciente diante das oportunidades de crédito, investimentos, entre outros produtos financeiros. Para a população brasileira participar do mercado atual, complexo e competitivo, isso exige “experiências diversas e prática de educação financeira continuada” (OLIVEIRA, 2012, p. 1).

A facilidade do crédito, por exemplo, tem atingido a cada ano uma parcela maior da população jovem do país, segundo pesquisa realizada pela Serasa Experian (2013). O levantamento apontou no ano de 2012 que a participação do jovem, com idade entre 18 e 25 anos, na demanda de crédito no Brasil era a maior desde 2008, quando começou o estudo, correspondendo a 18%.

Os recém-ingressantes no ensino superior são assediados pelas operadoras de crédito, “as empresas que oferecem empréstimos e cobram juros pequenos tentam conquistá-los nesta fase, com cartões de crédito e outros mimos, como abrir conta sem precisar comprovar renda” (COMACHIONE; CORONATO, 2010, p.1).

Portanto, percebe-se a importância de compreender cada vez mais os conceitos financeiros para embasar as decisões de investimento e de financiamento, e para maximizar o bem-estar econômico e social desde jovem. No meio acadêmico, isso é tratado em disciplinas de finanças, atingindo uma parcela destes jovens, e tem como objetivo contribuir com as atividades cotidianas dos mesmos.

Diante desse contexto, o problema central da pesquisa consiste em investigar: Os universitários de uma IES pública lidam de forma mais responsável com as situações financeiras do que os da IES privada?

Como objetivo geral, a pesquisa pretende averiguar a relação entre Educação Financeira e o comportamento de universitários de duas instituições, sendo uma pública e outra privada, em relação ao consumo, poupança, investimento e endividamento.

Objetivos específicos:

- Verificar o conhecimento financeiro dos estudantes de uma universidade particular no Distrito Federal;
- Verificar a atitude dos estudantes calouros e dos formandos em relação às decisões financeiras;
- Confrontar os resultados do conhecimento destes estudantes com os resultados de uma pesquisa com estudantes de uma universidade pública no Norte do Paraná.

## 2 ESTUDOS ANTERIORES

### 2.1 ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) agrupa os países mais industrializados da economia e também alguns emergentes como México, Chile e Turquia, segundo o Ponto de Contato Nacional (BRASIL, 2012). Com a sede em Paris, França, os representantes dos países-membros se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos mesmos.

Desde a década de 1990, o Brasil tem ampliado seu relacionamento com a OCDE, apesar de não ser membro, por meio da adoção de normativas e diretrizes alinhadas à Organização, participando do programa de *enhanced engagement* (engajamento ampliado) que lhe permite participar de Comitês da Organização. O Ministério da Fazenda aplica estas diretrizes por meio do Ponto de Contato Nacional (BRASIL, 2012).

### 2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um documento, em 2003, que determina a necessidade do governo de difundir informações que auxiliem a população com a gestão das finanças pessoais, além de habilitar os indivíduos a vencerem suas aversões e inabilidades quanto aos serviços financeiros (GREENSPAN, 2005 apud MATTA, 2007; MATTA, 2012).

A OCDE publicou um conjunto de princípios e boas práticas para a Educação Financeira, com base, em grande parte, nas conclusões do estudo produzido pelo Projeto da OCDE de Educação Financeira. Atendendo a um dos objetivos (CGU, 2012), o de contribuir com uma expansão econômica saudável nos países membros e não membros, a Educação Financeira é definida pela organização como:

[...] o processo pelo qual os consumidores ou investidores financeiros melhoram a sua compreensão dos produtos financeiros, conceitos e riscos e, através de informações, instruções e/ou aconselhamentos, desenvolvem as habilidades e confiança para se tornarem mais consciente dos riscos financeiros e oportunidades, para fazer escolhas embasadas, para saber aonde ir para obter ajuda, e tomar outras medidas eficazes para melhorar o seu bem-estar financeiro (OECD, 2005, tradução nossa).

A preocupação com a Educação Financeira não tem fim nas pessoas, de fato, segundo Johnston (2005, p.1).

[...] a Educação Financeira é importante para a segurança dos indivíduos e para segurança das nações. Sociedades iluminadas hoje se esforçam para garantir a coesão social como parte integrante do progresso econômico. (Tradução nossa).

Ter Educação Financeira não é apenas saber conferir contas bancárias ou construir orçamentos para poupança futura, mas ter “uma visão integrada das suas decisões de crédito, poupança, investimento e consumo, compatível com sua realidade financeira” (OLIVEIRA, 2012). Araújo e Souza (2012) validam este pensamento ao considerar que muitos consumidores desconhecem conceitos básicos financeiros e que poucos aplicam o Código de Defesa do Consumidor (CDC) ao serem lesados por instituições financeiras. Como consequência, não realizam escolhas conscientes e deixam de exercer seus direitos.

### 2.3 ESTADOS UNIDOS

Nos estudos de Vieira, Bataglia e Sereia (2011) são apresentados os países onde os processos de Educação Financeira estão mais desenvolvidos, tais como: os Estados Unidos e os países que compõem o Reino Unido. Nestes países se expõe que a alfabetização financeira estimula a poupança pessoal, melhorando o bem-estar financeiro.

Nos Estados Unidos, 29 dos 50 estados, tornaram a Educação Financeira obrigatória nas escolas secundárias entre 1957 e 1985, com o objetivo de preparar os jovens para a vida adulta (BERNHEIM; GARRET; MAKI, 1997). Além da inclusão no sistema de ensino, há um apoio das instituições financeiras como, por exemplo, o *Federal Reserve* (FED), que periodicamente levanta dados sobre a efetividade dos programas de Educação Financeira, o *National Endowment for Financial Education* (NEFE), além de outras instituições como *Bank of America*, *Citibank* e *Chase* (SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2006).

O Grupo de Educação Fiscal (GEF, 2012), grupo brasileiro criado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), observa as seguintes ações tomadas pelos Estados Unidos, seguindo as recomendações e princípios da OCDE por boas práticas de Educação Financeira:

2002: *Department of Treasury* criou o *Office of Financial Education* (OFE), com a missão de prover a todos os indivíduos, nos EUA, o conhecimento prático para habilitá-los a adotar decisões de investimento e escolhas conscientes e bem informadas, ao longo das diferentes fases de suas vidas.

2003: Na ocorrência do *Fair and Accurate Credit Transactions Act of 2003*, tratou-se de estabelecer uma comissão – *Financial Literacy and Education Commission* – com o objetivo de incrementar a Educação Financeira das pessoas nos EUA por meio de uma estratégia nacional.

2006: pela lei estabelecida em 2003, a *Financial Literacy and Education Commission* publicou a estratégia nacional nominada *Taking Ownership of The Future: The National Strategy for Financial Literacy*, que teve dois anos de duração.

### 2.4 REINO UNIDO

No Reino Unido, diferentemente dos Estados Unidos, “não há obrigatoriedade da Educação Financeira nas escolas, contudo, esta assume a condição facultativa desde 2001” (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011, p. 7). Na Inglaterra, o seu conteúdo está disseminado em outras disciplinas, como matemática, educação moral e cívica, dentre outras.

O *Financial Services Authority* (FSA) é um órgão independente que atua no Reino Unido como responsável pela regulamentação dos serviços financeiros (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011). Tem por objetivo auxiliar o consumidor em suas decisões financeiras, a fim de aumentar a conscientização pública, e reduzir a criminalidade financeira.

Em novembro de 2003, a FSA propôs uma estratégia nacional de capacitação financeira, a *Financial Strategy on Financial Capability*, em parceria com um amplo grupo de organizações, do governo e não governamentais, de associações de consumidores e da

imprensa (GRUPO DE EDUCAÇÃO FISCAL, 2012). Este grupo forma o *The Financial Capability Steering Group*, que prioriza as escolas e empresas, além do enfoque nos jovens e unidades familiares, considerando o planejamento e a relação com financiamentos.

## 2.5 BRASIL

Os autores Savoia, Saito e Santana (2007) observam que o brasileiro tem como principal dificuldade planejar adequadamente suas ações de longo prazo. Estudos mais recentes verificaram que no curto prazo também existe um descontrole sob a gestão financeira. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 3 em cada 4 famílias brasileiras não conseguem chegar ao final do mês com seus rendimentos.

O cenário atual, com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) retratada em um dos tópicos a seguir, indica um “passo para o desenvolvimento e fomento desse assunto no país, inclusive no [...] crescimento das pesquisas a respeito do tema” (MATTA, 2012, p. 28). Esse mesmo autor defende que o Brasil tem evoluído nesse aspecto, pois, recomendações sugeridas pela ONU e bancos centrais foram atendidas, principalmente no que tange pela luta dos direitos do consumidor.

### 2.5.1 Ministério da Educação e Cultura (MEC)

De acordo com Pôrto (2010) não há ainda obrigatoriedade da Educação Financeira no sistema de ensino brasileiro, não atendendo ao princípio da OCDE que determina o início da Educação Financeira na escola.

Entretanto, circula no Senado desde 2009 o Projeto de Lei 3401/04, que inclui a disciplina nos currículos dos ensinos fundamental e médio, alterando o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O MEC, conforme estudo de Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1134), promove a contextualização do ensino, “um processo de aprendizagem apoiado no desenvolvimento de competências para inserção dos estudantes na vida adulta, mediante a multidisciplinaridade”, contudo não demonstra uma preocupação explícita com a inserção da Educação Financeira no ensino.

### 2.5.2 Banco Central do Brasil (BACEN)

O Programa de Educação Financeira do Banco Central (PEF-BC) foi criado com o objetivo de cumprir a parte social da missão da autarquia de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente, segundo o Banco Central (2012).

Dentre suas ações, temos: a) Projeto BC e Universidade, composto por palestras mensais, ministradas por servidores do BACEN e direcionadas aos estudantes universitários, atingindo cerca de 5 mil universitários a cada ano; b) BC Jovem, área do *site* eletrônico para o público infanto-juvenil; c) Curso de Formação de Multiplicadores em Gestão Financeira Pessoal, com carga horária de 20 horas-aula.

Araújo e Souza (2012) defendem uma atuação maior do BACEN quanto à Educação Financeira por este órgão exercer funções típicas de Estado no cumprimento de objetivos constitucionais e possuir uma característica de perpetuidade em atuação, o que torna mais efetiva a ação em nível nacional. “Os resultados deste processo podem ser medidos por meio de indicadores de responsabilidade social, como parte de uma política de longo prazo conectada à missão do órgão” (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 30).

### 2.5.3 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

#### 2.5.3.1 Criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF

O governo brasileiro constituiu uma sociedade com representantes do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Secretaria de Previdência Complementar (PREVIC) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), formando o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC). Instituído pelo Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006, tem como finalidade promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública da poupança.

Com o objetivo de melhorar o grau de Educação Financeira no país (CARDOZO, 2011), o COREMEC constituiu o Grupo de Trabalho (GT), através da Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007, composto por: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG), a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério da Fazenda (MF), e por fim o Ministério da Previdência Social (MPS).

O GT desenvolveu uma proposta, denominada Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), visando aperfeiçoar a compreensão dos consumidores a respeito dos conceitos e produtos financeiros, instituída formalmente em 22 de dezembro de 2010, pelo Decreto nº 7.397, segundo o Banco Central (2010).

#### 2.5.3.2 Projeto Piloto da ENEF

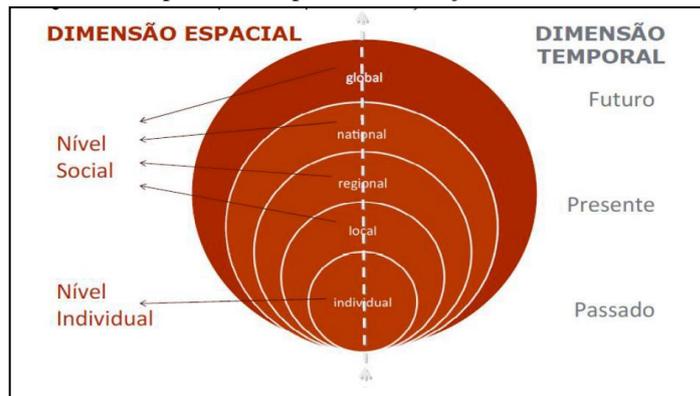
A primeira iniciativa da ENEF foi inserida em 2009 no Programa Mais Educação, no Macrocampo denominado Educação Econômica e Cidadania, desenvolvido pelo MEC. Inicialmente, naquele ano, 410 escolas de Ensino Médio da rede pública de São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, Distrito Federal e do Ceará participaram da iniciativa, para em 2010 o projeto atingir o número aproximado de 900 escolas, e 27 mil alunos (CARDOZO, 2011).

De acordo com a autora, o Plano Diretor da ENEF sintetiza o conteúdo do material didático recebido pelos alunos e professores participantes do projeto com base nas dimensões espacial e temporal da Educação Financeira. Dimensão espacial: preparo para lidar com questões financeiras nos espaços adequados, considerando a mobilidade; Dimensão temporal: conectar presente com desejos futuros, e acertos presentes decorrentes de decisões do passado (ver Figura 1).

Segundo pesquisa realizada pelo Banco Mundial (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS, 2012) o programa piloto apresentou resultados positivos. Entre os estudantes avaliados, 63% poupam pelo menos uma parte de sua renda; 16% fazem listas de despesas mensais. Os dados também revelam que houve um aumento de 5% a 7% da proficiência financeira dos alunos.

A partir dos programas e projetos percorridos, é possível perceber uma crescente preocupação do Brasil com a saúde financeira de sua população, motivando a realização deste estudo comparativo. Os autores Vieira, Bataglia e Sereia (2011) identificaram pesquisas similares desenvolvidas que buscaram analisar as atitudes, comportamentos e níveis de conhecimento dos “calouros” e “veteranos” relacionados às finanças pessoais. Estes estudos afirmam que os estudantes concluintes superaram os estudantes do primeiro ano.

Figura 1– Dimensões espacial e temporal da educação financeira



Fonte: Cardozo (2011, p. 86)

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A partir da problemática escolhida, é possível descrever a pesquisa como aplicada. De acordo com Barros e Lehfeld (2000, apud VILAÇA, 2010, p. 64-65), este tipo de pesquisa “tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados, com o objetivo de contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”.

A abordagem é classificada como quantitativa, pois, foram utilizados instrumentos estatísticos no tratamento dos dados (BEUREN, 2006). A autora enfatiza a importância desta abordagem, ao possibilitar dados precisos, com uma margem de segurança.

De acordo com o objetivo desta pesquisa, de investigar o comportamento de universitários em relação ao consumo, poupança e investimento, ela é classificada como descritiva. Segundo Gil (2002), estas pesquisas têm como objetivo principal a descrição de características de um grupo, de descobrir se existem associações entre variáveis. Nesta pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico nacionais e internacionais e pela pesquisa de campo realizada.

#### 3.1 AMOSTRA

Na pesquisa dos autores Vieira, Bataglia e Sereia (2011), eles caracterizaram como estudantes educados financeiramente aqueles que obtiveram conhecimentos através de disciplinas ligadas à área de finanças ao longo do curso, isto é, os estudantes de Administração, Ciências Contábeis e Economia.

Na universidade estudada, representa 856 alunos de Administração, 308 de Ciências Contábeis e 205 de Ciências Econômicas. Para determinar as características da população escolhida é necessário ter uma amostra representativa deste universo.

Richardson (1999) classifica as amostras como probabilísticas e não probabilísticas. Probabilísticas quando os elementos têm a mesma probabilidade de ser escolhidos, e as amostras não probabilísticas são compostas por critérios determinados pelo pesquisador. Para a pesquisa, foi considerada a amostra probabilística, e utilizou-se o modelo de Bruni (2010) para o cálculo da amostra, por ser conhecido o tamanho da população finita (ver Figura 2).

Figura 2 – Fórmula para tamanho da amostra com população finita

$$n = \frac{z^2 pqN}{(N - 1)e^2 + z^2 pq}$$

Fonte: Bruni (2010, p. 205)

Onde: “n” = número de elementos da amostra; “Z” = variável normalizada que apresenta o afastamento em desvio padrão de um valor variável original em relação à média (representa a variável padronizada para o nível de confiança esperado); “p” = probabilidade de sucesso, ou de ocorrer determinado evento; “q” = probabilidade de fracasso, ou de não ocorrer determinado evento; “N” = número de elementos da população; e “e” = erro amostral.

O nível de confiança utilizado foi de 95% e o erro amostral de 8%. Utilizou-se também 0,5 e 0,5 como valores para “p” e “q”, respectivamente, o que possibilita maximizar o valor do produto (p . q).

Ao aplicar os cálculos, obteve-se uma amostra de 87 elementos para o curso de Administração, 74 para Ciências Contábeis e 66 de Ciências Econômicas. As amostras foram divididas pela metade, atendendo aos alunos “calouros” e aos “veteranos” da mesma forma que a pesquisa na universidade do Paraná.

### 3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A pesquisa é classificada como documental. Um dos métodos técnicos utilizados foi a análise de documentos de fonte primária, como leis, normas, fontes estatísticas, provenientes de órgãos que realizaram observações (RAMPAZZO, 2005).

Outro procedimento utilizado foi o estudo de campo. Gil (2002, p. 53) descreve estas pesquisas deste tipo, caracterizando-as por “procurar muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”.

Escolheu-se aplicar um questionário com questões objetivas, de múltipla escolha, e uma questão em escala Likert, possibilitando avaliar o grau de importância do aprendizado financeiro. As questões são adaptadas do questionário desenvolvido pelos autores Vieira, Bataglia e Sereia (2011), onde avaliam o nível de conhecimento sobre Educação Financeira com questões sobre liquidez de ativos, valor do dinheiro no tempo, orçamento e risco, entre outras; analisam a atitude dos indivíduos em relação às decisões financeiras, se os indivíduos tomam decisões não necessariamente eficientes, apesar dos conhecimentos; e, complementarmente, busca-se conhecer o perfil socioeconômico dos respondentes.

Através do pré-teste realizado com 10 pessoas da população escolhida, percebeu-se a necessidade de ajustar o enunciado de uma das questões. A coleta final de dados junto à população universitária foi realizada em dias diferenciados pelos pesquisadores, por processo aleatório de escolha de estudantes nos corredores, resultando em 279 formulários respondidos.

## 4 APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS

Os resultados apresentados, através da coleta de dados realizada, descreve o perfil dos respondentes, a atitude dos indivíduos em relação às decisões financeiras e o nível de conhecimento sobre o tema.

### 4.1 PERFIL DOS ESTUDANTES

Os cursos da IES particular estudada (Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis) são formados por 56,3% de homens e 43,7% de mulheres, com idade concentrada (90,7%) em até 30 anos. Da amostra, 82,1% são solteiros e 14,7% casados. Estas características se assemelham à universidade pública, com perfil próximo.

Outra característica estudada pela pesquisa anterior é o fator “estudante trabalhador”. Fortemente presente na IES particular, 86,7% dos entrevistados tem alguma ocupação, sendo

superior à pública por mais de 13 pontos percentuais, a qual tem uma representação de 73,6% estudantes.

Destes 86,7% que tem alguma fonte de renda, 57,7% possuem emprego formal, 9% informal, 13,3% algum outro tipo de ocupação ou meio de renda, sendo as formas mais citadas: estágio, pensão alimentícia e renda provinda do próprio negócio, variável. Em relação à renda pessoal, na universidade particular não há concentração em uma faixa de renda específica, diferente da pública onde a renda é agrupada nas faixas de menor remuneração.

Quadro 1 – Resumo do perfil dos estudantes

Dados	Particular	Pública
<b>Até 30 anos</b>	90,7%	92,4%
<b>Casados</b>	14,7%	16,8%
<b>Solteiros</b>	82,1%	82,2%
<b>Trabalha</b>	86,7%	73,6%
<b>Até R\$1.000,00</b>	39,4%	74,2%

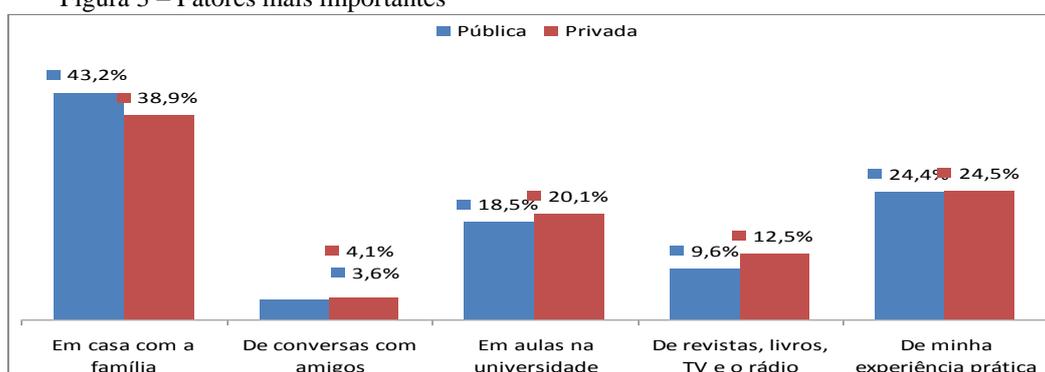
Fonte: Elaborado pelos autores.

## 4.2 ANÁLISE DA APREDIZAGEM

Com a questão 2 procurou-se identificar a origem das informações que baseiam os seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro. As informações coletadas da pesquisa anterior avaliam as fontes de seus conhecimentos pelos extremos - as mais importantes e as de pouca importância -, metodologia reaplicada na universidade particular.

Os dados obtidos pelas duas universidades foram similares, podendo-se observar a mesma classificação dos fatores com maior influência na construção do conhecimento financeiro, pela percepção dos entrevistados. A família, e a instrução advinda dela, foi considerada como mais importante segundo 43,2% dos entrevistados da universidade pública e 38,9% da particular. O segundo fator mais importante é a experiência prática, seguida pela universidade como terceiro fator mais importante considerado (ver Figura 3).

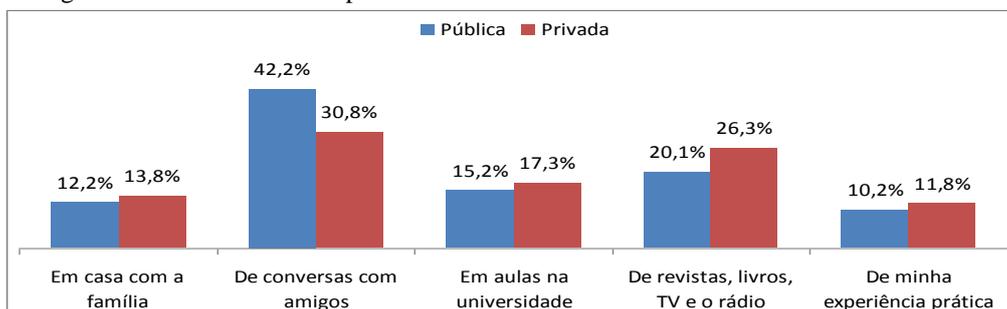
Figura 3 – Fatores mais importantes



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como fontes de conhecimento menos significativas, os entrevistados declararam as conversas com os amigos (42,2% Paraná, 30,8% Brasília). Revistas, livros, TV e rádio são consideradas menos importantes por 26,3% dos estudantes da universidade particular. As aulas da universidade ocupam o terceiro lugar, assim como na IES do Paraná, como fator menos importante por 17,3% dos alunos (ver Figura 4).

Figura 4 – Fatores menos importantes



Fonte: Elaborado pelos autores.

A questão 3, adaptada da OCDE (2005), investiga o conhecimento do conceito de liquidez dos ativos. Dos alunos do último ano, que tiveram disciplinas de finanças, 54,7% acertaram a questão, enquanto os alunos dos semestres iniciais, que não tiveram as disciplinas correlatas, acertaram 39,3%. O nível dos acertos ficou abaixo da universidade pública, na qual 61,4% dos “veteranos” acertaram o item, e 54,7% dos “calouros” responderam corretamente.

Na questão 5, outra adaptada da OCDE (2005), verifica-se a aplicação prática de um conceito fundamental em finanças, que é o valor do dinheiro no tempo. Além disso, evidencia um elo entre o entendimento do conceito e a fase do curso em que se encontram os pesquisados. Na IES particular, apresentou-se um nível de acerto de 77%. Apesar de serem 4 pontos percentuais abaixo da pública (81,5% de acertos), ainda indica uma forte relação da educação financeira formal com a compreensão dos conceitos.

Com a questão 7, busca-se compreender se os pesquisados têm a percepção de que dívidas têm custos financeiros, na qual o respondente reconhece que dívidas “roladas” (pagar o mínimo do cartão de crédito) representam custos mais elevados. O nível de acerto desta questão foi de 71,2% para os formandos, e para os ingressantes de 56,7%. Mesmo abaixo da IES pública, os resultados mostram que o conhecimento dos estudantes educados financeiramente é superior ao dos que não cursaram nenhuma disciplina financeira.

Quadro 2 – Resumo análise do conhecimento

Dados		Particular	Pública
Liquidez	1º ano	39,3%	54,7%
	Último ano	54,7%	61,4%
Valor do dinheiro no tempo	1º ano	62,1%	18,5%
	Último ano	77,0%	81,5%
Custo de dívidas	1º ano	56,7%	66,1%
	Último ano	71,2%	72,6%

Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 4.3 ANÁLISE DAS ATITUDES

Em relação à segurança pessoal para lidar com finanças, 68,5% dos respondentes se consideram razoavelmente ou muito seguro, enquanto que 31,5% afirmaram não estar muito seguros ou nada seguros para a autogestão monetária. Estes resultados são similares aos da IES pública, onde a maioria (61,4%) também respondeu ter segurança.

O risco de investimentos é fator delicado para os entrevistados em ambas as universidades. Os que são propensos ao risco correspondem a 21,9% na universidade particular e 21,5% na federal, enquanto os que preferem um investimento mais comportado

representam 32,6% dos entrevistados na particular e 33,3% na pública. O restante (45,5% Brasília, 45,2% Paraná) demonstra aversão a risco, preferindo aplicações conservadoras, como bens.

Na quinta questão, foi abordado o conceito sobre a vantagem financeira da antecipação na formação de poupança para fins de aposentadoria. A questão subsequente visa a apurar a conexão dos conceitos à prática. Dos 62,1% dos entrevistados que acertaram a questão, 26,8% (Brasília) possui plano de previdência ante 19,5% (Paraná); 48,4% dos estudantes da universidade particular pretendem começar a poupar, quantidade semelhante da universidade pública, e o restante (24,7% Brasília, 32,3% Paraná) não se preocuparam com o assunto até o momento.

A atitude adotada pelos respondentes sobre o uso de cartão de crédito e parcelamento de dívidas foi questionada no item. Verificou-se que 74,6% procuram sempre pagar todo o saldo do cartão na data de vencimento, evitando o rotativo do cartão.

A questão 17 revelou que 54,3% dos estudantes da universidade particular de Brasília declararam não ter dívidas pessoais, preferindo descontos em compras à vista. Quando esta atitude é relacionada aos que responderam na questão 6 que já investiram em um plano de aposentadoria pública ou privada, é possível perceber uma relação direta, por 54,9% destes não possuírem dívidas ou já terem traçado algum plano para quitar seus financiamentos de forma calculada.

Quadro 3 – Resumo análise das atitudes

Dados		Particular	Pública
<b>Autopercepção - Nível de conhecimento</b>	<b>Razoavelmente ou muito seguro</b>	68,5%	61,4%
	<b>Não muito seguro ou nada seguro</b>	31,5%	38,6%
<b>Propensão ao risco</b>	<b>Ações</b>	21,9%	21,5%
	<b>Fundos de investimento de risco médio</b>	32,6%	33,3%
	<b>Poupança ou Bens (Carro, moto, imóvel...)</b>	45,5%	45,2%
<b>Valor do dinheiro (dos que acertaram) X Aposentadoria</b>	<b>Possui plano de previdência</b>	26,8%	19,5%
	<b>Interesse em começar</b>	48,4%	48,2%
	<b>Não tem interesse sobre o assunto</b>	24,7%	32,3%
<b>Atitude quanto às dívidas</b>	<b>Pagam sempre o saldo total do cartão de crédito no dia do vencimento</b>	74,6%	76,6%

Fonte: Elaborado pelos autores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como questão orientadora se os universitários de uma IES pública lidam de forma mais responsável com as situações financeiras do que os da IES privada, com o objetivo de verificar a relação entre Educação Financeira e o comportamento de universitários destas duas instituições, em relação ao consumo, poupança, investimento e endividamento. Para tanto, foram utilizados parâmetros internacionais explorados nos estudos anteriores, a fim de identificar primeiramente a realidade brasileira.

Hoje, em comparação com os países tratados nesta pesquisa - os países que compõem o Reino Unido e os Estados Unidos -, já são perceptíveis algumas semelhanças em relação a aspectos importantes que atendem aos princípios de Educação Financeira, segundo a OCDE. Dentre eles, destaca-se a presença de uma Estratégia Nacional nos três países estudados, o que para Matta (2012) representa um passo de uma maior atenção sobre o tema no país (ver Quadro 4).

Quadro 4 – Diferenças e semelhanças dos países quanto às ações de Educação Financeira.

Países	Estados Unidos	Reino Unido	Brasil
<b>Aspectos</b>			
<b>Disciplina obrigatória</b>	Matéria obrigatória na maioria dos estados.	Não há obrigatoriedade - disseminado em outras disciplinas.	Não há ainda obrigatoriedade. Projeto de Lei 3401/04
<b>Estratégia Nacional</b>	<i>The National Strategy for Financial Literacy</i>	<i>Financial Strategy on Financial Capability</i>	Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)
<b>Controle da efetividade dos programas</b>	<i>Federal Reserve (FED)</i>	<i>Financial Services Authority (FSA)</i>	Banco Mundial Banco Central
<b>Outras instituições que promovem a Educação Financeira</b>	<i>Department of Treasury, Bank of America, Citibank Chase.</i>	<i>Skills Agency (BSA) Personal Finance Education Group (PFEG)</i>	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como o tema ainda não é obrigatoriamente lecionado nos ensinos fundamental e médio, houve interesse em analisar o ambiente universitário. Comparando duas realidades brasileiras distintas, a universidade particular do Distrito Federal e a universidade pública do Norte do Paraná, foi possível construir uma correlação entre conhecimento e atitudes.

Os resultados analisados foram muito próximos nas duas instituições, com alguns pontos que merecem destaques. Apesar dos estudantes estarem concentrados na faixa de até 30 anos em ambas, e pelo fato de a universidade particular oferecer cursos exclusivamente noturnos, existem mais estudantes trabalhadores nesta do que na pública, uma diferença de 13 pontos percentuais. Isto está atrelado à outra grande diferença do perfil, a renda pessoal. Na universidade pública a renda é agrupada nas faixas de menor remuneração.

Confirmando o pressuposto apresentado pelos estudos dos autores Vieira, Bataglia e Sereia (2011), que os estudantes concluintes superaram os estudantes do primeiro ano pela presença das disciplinas financeiras ao longo dos cursos, nesta pesquisa isto se fez presente em todos os dados coletados das questões de conhecimento. Os formandos superaram os ingressantes com um alto nível percentual.

Conclui-se que a universidade pública superou os alunos da universidade particular na maioria das questões de conhecimento, com exceção no que diz respeito à questão de valor no tempo, abordada no questionário com uma questão sobre aposentadoria, na qual o respondente reconhece que as somas monetariamente iguais de recursos, mas aplicadas em momentos distintos, geram resultados distintos. Os alunos “calouros” da universidade particular já tem esse conceito absorvido antes da formação acadêmica, enquanto os “calouros” da pública apresentaram um índice fraco do conceito.

Quanto às atitudes, surpreendeu positivamente que os alunos possuem plano de previdência – 26,8% na privada e 19,5% na pública – demonstrando possuir educação financeira, ao se preocupar com o futuro. Todavia, um ponto negativo foi de que em ambas as universidades, cerca de 25% não pagarem o cartão de crédito no dia do vencimento, acarretando em altos juros.

Outro ponto importante é a autopercepção do nível de conhecimento, a universidade particular se declarou mais segura com a própria gestão do dinheiro, o que pode estar ligado ao fato de terem mais estudantes empregados, que já precisam lidar com situações financeiras.

Um pouco mais da metade dos entrevistados da universidade particular preferem comprar à vista e são orientados para o futuro, já poupando para a aposentadoria. Este percentual não é forte o suficiente para invalidar o que os autores Savoia, Saito e Santana (2007) afirmaram, que o brasileiro tem como principal dificuldade planejar adequadamente suas ações de longo prazo. Tão pouco confirma que no curto prazo também existe um descontrole sob a gestão financeira (IBGE, 2010 apud ARAUJO; SOUZA, 2012).

Para esta pesquisa não foram analisados variáveis como o perfil de endividamento, a questão do *status* social, a relação entre salários e educação financeira, entre outros fatores que impactam nas decisões financeiras, que ficam como sugestões para pesquisas posteriores.

Em resposta ao objetivo da pesquisa, o Brasil está engatinhando com a Educação Financeira, nesta amostra selecionada, com estudantes universitários de ciências sociais aplicadas, com os conceitos financeiros sendo bem compreendidos, mas a prática ainda não é bem fundamentada, confirmando a necessidade da prática continuada defendida por Oliveira (2012). O governo brasileiro, pesquisadores e sociedade, devem promover programas objeto desta pesquisa para a sociedade, preocupando-se com o cenário atual.

## 6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fabio de Almeida Lopes; SOUZA, Marcos Aguerri Pimenta de. Educação financeira para um Brasil sustentável: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. In: **Trabalhos para Discussão**, 2012, Brasília. Trabalhos para discussão nº 280. Brasília: Departamento de Estudos E Pesquisas (Depep), 2012. p.1-52.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Assessoria de Imprensa. BC, CVM, Susep e Previc instituem Estratégia Nacional de Educação Financeira: Instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Notícias - Banco Central do Brasil**, Brasília, n. , p.1-2, 23 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/textonoticia.asp?codigo=2861&idpai=NOTICIAS>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O programa de educação financeira**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PEFINTRIDUCAO>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BERNHEIM, B. D.; GARRETT, D. M.; MAKI, D. M. Education and saving: the long term effects of high school financial curriculum mandates. **National Bureau of Economic Research**, n. 6085, julho, 1997. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/W6085>> Acesso em: 06 junho. 2013.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 200 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.397**, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2012.

BRASIL. **Ponto de Contato Nacional**. OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/sain/pcn/PCN/oque.asp>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CARDOZO, Juliana de Sousa. **Um olhar sobre a estratégia nacional de educação financeira**: ENEF e sua potencial contribuição para a disseminação da cultura previdenciária. 2011. 114 p. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade de Brasília - UnB. Brasília.

COMACHIONE, Daniella; CORONATO, Marcos. Tão jovens, tantas dívidas: O número de jovens e adolescentes endividados está crescendo. Por que eles gastam mais do que têm, e como evitar o desastre financeiro. **Revista Época**, São Paulo. p.1-4, 09 jul. 2010. Semanal. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI154025-15259,00-TAO+JOVEM+TANTAS+DIVIDAS.html>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Convenção da OCDE**: informações gerais. Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/ocde/sobre/informacoes/index.asp>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Educação financeira nas escolas aumenta poupança, diz Banco Mundial**. Disponível em: <[http://www.febraban.org.br/Noticias1.asp?id\\_texto=1648&id\\_pagina=60&palavra=>](http://www.febraban.org.br/Noticias1.asp?id_texto=1648&id_pagina=60&palavra=>)>. Acesso em: 21 ago. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas., 2002. 176 p.

RANBOIS, Donald H.; ROSEN, Dennis L.; ACITO, Franklin. A developmental study of family financial management practices In: Association for consumer research, 13, 1986, Provo. **Proceedings of...** Provo: Richard J. Lutz, 1986. p. 170 - 174. Disponível em: <<http://www.acrwebsite.org/search/view-conference-proceedings.aspx?Id=6486>>. Acesso em: 20 maio 2012.

GRUPO DE EDUCAÇÃO FISCAL. **Grupo de trabalho**: Estratégia Nacional de Educação Financeira. 2007. Disponível em: <[http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/educacao-fiscal/39\\_reuniao\\_gef/APRES\\_Bras%C3%ADli0a\\_enef.pdf](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/educacao-fiscal/39_reuniao_gef/APRES_Bras%C3%ADli0a_enef.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Estados**: Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=df>>. Acesso em: 08 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Pesquisa de Orçamentos Familiares. 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008\\_2009/POFpublicacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2013.

JOHNSTON, Donald J. **Importance of financial literacy in the global economy**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/15/57/35883324.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

MATTA, Rodrigo Octávio Beton. **Aplicação do modelo transteórico de mudança de comportamento para o estudo do comportamento informacional de usuários de informação financeira pessoal**. 2011. 273 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal**: o Programa de Educação Financeira do Banco Central e os universitários do Distrito Federal. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Marcus Vinicius de Souza Silva. A corrente do bem da educação financeira: o cidadão está aprendendo o que o Banco Central está ensinando? In: ENCONTRO DA ANPAD, 23., 2012, Rio de Janeiro. **Anais do XXXVI EnANPAD**. Rio de Janeiro: Anpad, 2012. p. 1-16.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT -  
OECD. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**: Recommendation Of The Council. Paris, 2005.

PÔRTO, Alexandre. Deputados cobram inclusão da educação financeira em currículo escolar. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, maio 2010. Disponível em:  
<<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/148232-DEPUTADOS-COBRAM-INCLUSAO-DA-EDUCACAO-FINANCEIRA-EM-CURRICULO-ESCOLAR.html>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

SAITO, André Taue; SAVOIA, José Roberto Ferreira; PETRONI, Liége Mariel. A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). In: SEMEAD, 9., 2006, São Paulo. **Anais do IX SEMEAD**. São Paulo: Semead 2006.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p.1121-1141, nov./dez. 2007. . Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122007000600006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 19 maio 2012.

SERASA EXPERIAN (Brasil). **Participação do jovem na demanda de crédito em 2011 é a maior desde 2008, aponta Serasa Experian**. Disponível em:  
<[http://www.serasaexperian.com.br/release/noticias/2012/noticia\\_00794.htm](http://www.serasaexperian.com.br/release/noticias/2012/noticia_00794.htm)>. Acesso em: 04 abr. 2013.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio; BATAGLIA, Regiane Tardiollo Manfre; SEREIA, Vanderlei José. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: Uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, São Paulo, v. 9, n. 3, p.61-86, nov./dez., 2011. Disponível em:  
<<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/345>>. Acesso em: 13 maio 2012.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. Pesquisa e ensino: considerações e reflexões. **Revista do Curso de Letras da Uniabeu**, Nilópolis, v. 1, n. 2, p.59-74, maio-ago 2010. Disponível em:  
<[http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RE/article/viewFile/26/pdf\\_23](http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RE/article/viewFile/26/pdf_23)>. Acesso em: 01 out. 2012.